

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Política externa dos EUA e questão militar no governo George W. Bush.

Sidnei J. Munhoz¹

Resumo

Nesse trabalho serão analisadas algumas das principais perspectivas relacionadas ao estudo das transformações ocorridas na política externa dos EUA, após o 11 de setembro, com especial atenção ao campo militar. Por fim, serão expostas algumas das principais contribuições apresentadas na conferência *The Future of American Military Strategy* (2005), de fundamental importância para a compreensão das recentes transformações no campo militar nos EUA.

Palavras-chave: EUA - política externa - estratégias militares

Nos anos que se seguiram à queda do muro de Berlim e, posteriormente, à desagregação do mundo soviético, muitos vislumbraram uma nova era de paz e prosperidade sob a liderança dos EUA. Essa perspectiva, alicerçada em matrizes conservadoras, partia do pressuposto de que a simples existência da União Soviética ameaçava a paz mundial. Ainda, segundo essa perspectiva, tal situação teria obrigado as democracias ocidentais a reagirem ao expansionismo soviético ao longo período que se seguiu ao final da II Guerra Mundial e à desagregação da URSS. Em consequência, os defensores dessa perspectiva, afirmam que muitos avanços sociais buscados pelas democracias ocidentais não foram concretizados, pois essas nações gastavam mais do que gostariam na defesa da liberdade e da paz. Por esse prisma, sobremaneira, os EUA se viam obrigados a arcar com vultosos orçamentos militares para a defesa do chamado mundo livre. Afirmava-se então, nas hostes conservadoras, que, com a vitória do bloco ocidental na Guerra Fria, essa etapa poderia ser considerada superada e, então, o mundo poderia rumar para uma fase de paz e prosperidade que levaria à elevação dos padrões de bem estar social através de um novo processo de desenvolvimento econômico, político e social. Como é possível observar, isso não passou de uma construção ideológica que tinha por objetivo expandir as áreas de influência estadunidenses nessa “nova”

¹ Depto. de História da Universidade Estadual de Maringá
Programa de Pós-Graduação em História Comparada – UFRJ
Apoio do CNPq através de bolsa produtividade.

ordem mundial. Apesar do fim da Guerra Fria, as elites estadunidenses acreditavam que o mundo precisava de uma liderança incontestável para comandar e defender o capitalismo liberal e que essa liderança somente poderiam ser os EUA (McCORMICK-1995, p.248).

Uma vez passada a efervescência do momento, os ideólogos das elites estadunidenses deram continuidade a uma política externa baseada em perspectivas intervencionistas e expansionistas, tendendo ao unilateralismo, o que provocou sucessivas crises diplomáticas. Muitas delas adquiriram proporções planetárias, o que gerou instabilidade política mundial e alicerçou a retomada vultosa dos investimentos no setor bélico, de tal forma que já no segundo governo Bill Clinton as despesas com o orçamento militar estadunidense voltaram a superar àquelas relativas ao período da Guerra Fria.

É possível observar que, no transcorrer do governo de Ronald Reagan(1981-1989) e durante o de George Bush (1989-1993), os EUA elegeram novos inimigos, que passaram a ocupar o papel anteriormente desempenhado pelo comunismo. Assim, o fundamentalismo islâmico, o terrorismo no Oriente Médio, o narcotráfico hispano-americano e a instabilidade no chamado Terceiro Mundo passaram a justificar a política intervencionista elaborada em Washington (CHOMSKY -2003, p. 37-40; McCORMICK-1995, p. 246-247). Em período recente, com a justificativa de uma enérgica resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001, os EUA adotaram uma postura internacional agressiva, que levou à invasão territorial e à derrubada dos regimes então vigentes no Afeganistão e no Iraque. Além disso, os EUA intensificaram outras ações militares, com base na Doutrina Bush, que prega a guerra preemptiva para se defenderem de qualquer suposta ameaça à sua segurança nacional. Ancorado em uma linguagem de cunho bíblico, o governo de George W. Bush prometeu uma luta sem tréguas contra o assim denominado eixo do mal.

Após a euforia momentânea causada pela queda do muro de Berlim, pela incorporação da Europa Oriental à chamada economia de mercado, pela crise e posterior desagregação do império soviético, já por volta de 1993 começaram a aparecer claros sinais de pessimismo. A incorporação da Alemanha Oriental pela Alemanha Ocidental foi muito mais dispendiosa do que se esperava. Havia falta de capitais no mercado internacional para financiar a incorporação do Leste Europeu ao mercado capitalista. Multidões de migrantes de áreas antes sob a órbita soviética fugiam do desemprego em massa e de toda a desestruturação social que a região experimentava. Essas levas de imigrantes agravavam as tensões, os

problemas sociais e étnicos na Europa Ocidental. Nesse contexto, emergem novas formas de nacionalismo, conflitos étnicos e de religião. (McCORMICK-1995, p. 240-241).

As tensões desse novo nacionalismo foram agravadas por dois fatores correlatos. O primeiro foi o fim da própria Guerra Fria e o segundo foi o início do fim da hegemonia dos EUA. Durante a Guerra Fria, tanto os EUA quanto a URSS utilizavam-se do terror de um possível conflito nuclear para manterem unidos os seus respectivos campos e para conterem tendências nacionalistas que poderiam gerar a fragmentação dessas esferas de influência. Ambos necessitavam da Guerra Fria para garantir a unidade interna e a consecução dos propósitos externos. A falência da *détente* ao final da década de 1970 poderia ser um sinal de que a distensão gerava problemas nos dois campos antagônicos (McCORMICK-1995, p. 242).

Desde meados da década de 1990, o governo dos EUA tem trabalhado com a perspectiva de que o próximo conflito de proporções planetárias não estará alicerçado em confrontos ideológicos ou nacionais, mas em um *choque de civilizações* (HUNTINGTON, 1993 e 1997). Essa perspectiva tem por base a tese defendida por Samuel P. Huntington, para quem a decadência do poder econômico e demográfico ocidental ocorreria em paralelo ao crescimento da resistência de outras civilizações à hegemonia ocidental, o que apontaria para um inevitável confronto em um futuro próximo. Huntington acredita na necessidade do Ocidente fortalecer as suas alianças a fim de enfrentar tanto as ameaças externas quanto as internas. Assim, o Ocidente deveria ter como meta a transformação de outras sociedades, buscando incorporá-las à sua órbita ou neutralizá-las de forma que não viessem a representar uma ameaça real. Huntington afirma ainda que uma aliança sino-islâmica poderia se constituir, em um futuro próximo, no principal oponente da civilização ocidental. Dessa forma, os EUA deveriam liderar um processo de expansão das suas fronteiras, pois caso esse conflito viesse a ocorrer, isso se daria o mais distante possível do ocidente. Levando em consideração tais pressupostos, podemos verificar que os conflitos com o Afeganistão e com o Iraque estão mais relacionados a uma estratégia mundial de longo prazo do que com as questões pontuais relativas ao 11 de setembro, aos recursos petrolíferos iraquianos ou ainda às supostas ameaças representadas pelo governo de Saddam Hussein.

Deve-se observar que o conflito Leste-Oeste, do período da Guerra Fria, grosso modo foi substituído pelo confronto Norte-Sul, protagonizado por países ricos e países

pobres, em outras palavras, entre a suposta estabilidade reinante no chamado primeiro mundo e a instabilidade do assim denominado terceiro mundo.

Para Chalmers Johnson (2004), na última década, os EUA assumiram um novo tipo de papel imperial e se tornaram uma colossal máquina militar com o objetivo de dominação mundial. Para ele, haveria ocorrido a migração da elaboração política do Departamento de Estado para o Pentágono. Ocorreria ainda um imperialismo militar que está a enfraquecer a democracia, a destruir a nação e que, por fim, poderá levar a uma falência semelhante àquela ocorrida com a USS. Entendia que o fim da URSS representava tanto uma oportunidade quanto um problema para os EUA. De um lado, o fim da URSS abria toda a sua área de influência para a potência vitoriosa. De outro, a não existência da rival questionava a manutenção de todo o sistema, através do qual os EUA mantinham o seu poder de ação em todo o mundo. Assim, o 11 de setembro operou como instrumento apto a justificar a manutenção de todo esse sistema.

Ivo Daalder and James Lindsay, ex- membros do National Security Council durante o governo Clinton, criticam a Administração George W. Bush pela forma como conduz a política de segurança nacional dos EUA. Para eles, ela está baseada no exercício unilateral do poder, quando deveria estar centrada nas instituições e na legislação internacional. Para esses autores, ao adotar a doutrina da preempção e ao abandonar doutrinas até então consolidadas na política externa do país como a doutrina da contenção e da prevenção, a administração Bush tornou o mundo mais instável e menos seguro. Em continuidade, eles afirmam que a adoção de proibições e exclusões com o emprego da força, ataques preventivos e outras estratégias agressivas retirou dos EUA e da comunidade internacional mecanismos consolidados através de tratados internacionais para conter regimes hostis e ou ameaças à estabilidade internacional. Essa perspectiva valorizou a intervenção direta em detrimento de negociações. Mais que isso, os EUA passaram a depender de constituir alianças ocasionais, muitas vezes em conflito com as estruturas institucionais e alianças permanentes que deram suporte à política externa dos EUA, ao menos desde o final da II Guerra Mundial (DAALDER & LINDSAY-2005).

Em oposição ao conceito de guerra preventiva de George W. Bush, Benjamin Barber (2003) defende a idéia de uma democracia preventiva. Ele recrimina os EUA pela imposição dos seus interesses e valores através da força militar. Barber acredita que se de um

lado é verdade, que não poderá haver prosperidade, paz, liberdade, segurança no mundo contemporâneo sem a liderança dos EUA, também é verdade que os EUA não serão viáveis sem o restante do mundo. Em outras palavras, não haverá garantias para os investidores e segurança e liberdade para os cidadãos estadunidenses se não houver segurança e liberdade para o mundo todo.

Também bastante severa foi a crítica do ex assessor do Governo Reagan, Clyde Prestowitz (2003). Em *Rogue Nation*, ele acusa a administração George W. Bush de aventureira e de estar fundada em uma retórica de um patriotismo arcaico. Para ele, com doutrina Bush os EUA estão a abandonar as instituições internacionais que o país ajudou a criar. Prestowitz assevera que essas instituições representavam os ideais que tornaram os EUA uma inquestionável liderança mundial. Ainda, para esse autor, os EUA estão a se isolar, a agir de forma unilateral e, como efeito, passaram a ser considerados uma ameaça à estabilidade mundial.

Michael Noonan, pesquisador e diretor do Programa de Segurança Nacional do Foreign Policy Research Institute (FPRI), apresenta-nos as principais análises efetuadas em uma conferência organizada pelo FPRI, em dezembro de 2005, intitulada *The Future of American Military Strategy* (NOONAN, 2006). A conferência, que contou com a participação de militares, assessores de segurança nacional e renomados estudiosos do assunto, oferece-nos uma boa síntese dos principais debates que hoje estão a ocorrer nos EUA, nesse campo de reflexão. Os parágrafos seguintes estão baseados no relato da conferência organizado por Noonan (infelizmente, o livro contendo os textos integrais do evento, prometido para 2006, ainda não veio a público).

O tenente-coronel Frank Hoffman defendeu a perspectiva de que doravante predominarão as guerras não-convencionais. Ele afirma ainda que essa fase não começou em 11 de setembro de 2001, como se acredita, mas, de fato, teve o seu início já em 1983, em Beirute, ou nos ataques ao World Trade Center, em 1993. Para ele, hoje, o país precisa de mais *resilient strategy*. Além disso, as instituições precisam ser mais adaptáveis, ágeis e antecipatórias. Acrescenta que os braços militar e civil do governo devem estar mais adaptados à nova realidade mundial. Em adição, assevera que as forças de ação global devem ser flexíveis e ao mesmo tempo precisam definir estratégias para as respostas adequadas às crises emergentes. Hoffman defende mais recursos para a infantaria, *civil affairs* e para

operações psicológicas e menos dispêndios com força mecanizada pesada e investimentos. Ele destaca o papel da força aérea em termos de mobilidade e poder de fogo, mas sugere o foco no desenvolvimento de novos bombardeiros, informação e veículos aéreos não-armados (UAVs), reduzindo-se os recursos para os caríssimos F-22. Hoffman afirma ainda que as novas guerras demandarão líderes mais maduros e experientes e, por isso, os *Mariners* devem desenvolver esforços para formar essas lideranças. Ainda, indica a necessidade de adaptação, pois os conflitos não mais serão predominantemente em mar aberto, mas no litoral e em terra. Daí, defende a necessidade de aprimorar as Forças de Operações Especiais e de ampliar os recursos para pequenos barcos. Por fim, para ele, a grande parte da Guarda Nacional deve passar à jurisdição do Department of Homeland Security e a Guarda Costeira deve ser modernizada e ampliada em algo entre 10 e 20%.

O coronel John D. Waghelstein (Professor Emérito do U.S. Naval War College.) afirma que a questão dos conflitos assimétricos não é nova, mas que, no entanto, os militares têm problemas ao lidar com ela. Ele também defende a idéia de que os *civil affairs* e as operações psicológicas devem estar ligados às SOFs, caso contrário serão vítimas das necessidades orçamentárias das grandes operações e coisas do gênero. Waghelstein ressalta a importância de desenvolver habilidades no campo cultural e lingüístico, pois acredita que elas sejam indispensáveis nos conflitos contemporâneos.

Charles V. Pena (Senior Fellow da Coalition for a Realistic Foreign Policy, conselheiro do Straus Military Reform Project) defende a idéia de que é possível mudar o enfoque na questão militar e reduzir os gastos de defesa em até 25%. Em sua opinião, os EUA possuem um excesso de capacidade militar e isso gera o emprego desnecessário ou o uso inadequado desses recursos pelos *policymakers*. Ele afirma ainda que os EUA não devem descuidar das questões de segurança em diversas partes do mundo, mas que as nações européias e do leste da Ásia devem arcar mais com as suas responsabilidades. Pena afirma ainda que muitos dos conflitos ao redor do mundo não ameaçam a segurança dos EUA e assim devem ser tratados. Sublinha que as forças militares poderiam ser reduzidas à metade. Ele entende que uma redução orçamentária levaria a um novo tipo de planejamento e inovação. Pena também vê os gastos com os F-22 como desnecessários e recomenda mais investimento em SOFs, UAVs, treinamento em línguas, entre outros. Afirma, por fim, que os

militares devem cuidar das ameaças convencionais e que eles não estão preparados para lidar com a questão do terrorismo tanto no país quanto no exterior.

O Capitão Joe Bouchard (diretor executivo do Center for Homeland Security and Defense) questiona o termo *War on Terrorism*. Afirma que é um erro, pois o seu emprego pressupõe a existência de uma solução militar para a questão do terrorismo, quando não há. Para ele, o que existe hoje é um conflito de idéias e de ideologias. Concorde que é possível reduzir o orçamento da defesa, mas afirma ser indispensável fazer uma profunda reestruturação para que isso possa ser efetuado. Bouchard discorda de Pena em relação ao papel dos militares na segurança doméstica.

Michael O'Hanlon (Senior Fellow do Foreign Policy Studies) discorre sobre a estratégia de defesa na era pós-Saddam Hussein. Ele enfoca possíveis cenários em que os EUA deverão atuar. Em primeiro lugar, demarca aqueles por ele considerados de baixa plausibilidade ou que requeiram menor cuidado, como a defesa dos estados Bálticos frente a uma possível invasão da Rússia; a defesa da Rússia em consequência de uma possível invasão da China; a defesa de uma Coreia unificada perante uma invasão da China.

Na seqüência, discorre sobre cenários de conflitos plausíveis: 1) o emprego de bloqueio econômico a Taiwan pela China; 2) intervenção na Indonésia ou Filipinas para prevenir a ocupação de partes do território pela Al Qaeda; 3) intervenção na Indonésia ou no estreito de Málaca, em decorrência de ameaças da Jihad ao tráfego de embarcações na região; 4) intervenção para garantir que nem Indonésia nem Filipinas se tornem “Estados falidos”; 5) intervenção para evitar o colapso do Paquistão, que poderia cair sob domínio da Jihad com todo o seu arsenal nuclear; 6) guerra nuclear entre Paquistão e Índia; 7) Guerra preemptiva contra o desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã; 8) Constituição de um governo internacional na Palestina como resultado do fracasso do processo de paz; 9) Golpe da Jihad na Arábia Saudita.

Thomas Donnelly (Fellow researcher em Defesa e políticas de Segurança no American Enterprise Institute e editor of *Armed Forces Journal*) aponta a emergência de três tipos de atores internacionais que representam perigo para os EUA. Primeiro, a China que se tornou uma grande potência econômica e militar com interesses globais. Segundo, a Al Qaeda e o islamismo radical que se constituem em um poder agressivo e em expansão. Por fim

aponta o risco de Estados como Irã, Coréia do Norte e Paquistão, que, embora sejam Estados fracos, poderão se utilizar de artefatos nucleares para ameaçar os EUA. Para ele, esses últimos são os mais imprevisíveis e perigosos para a ordem internacional e para os EUA. Por fim, recomenda, em primeiro lugar, manter esses problemas o mais afastado possível um do outro. Sugere ainda a constituição de uma aliança que ajude a preservar a Pax americana e a paz. Por fim, é necessário um consenso doméstico sobre que caminhos trilhar nesse campo.

Para concluir, observo que todos os cenários apontam para uma continuidade e expansão dos conflitos assimétricos ao longo dos próximos anos. Para alguns, eles são produtos de ações agressivas e ressentidas de organizações terroristas internacionais; para outros, resultado da estratégia expansionista dos EUA, em meio à sua crise de hegemonia observada desde a Guerra do Vietnã ou meados da década de 1970. De qualquer forma, é de fundamental importância o aprofundamento dos seus estudos.

Referências Bibliográficas

- BARBER, Benjamin. *Fear's Empire: War, Terrorism, and Democracy*, New York: W. W. Norton, 2003.
- CHOMSKY, N. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1993.
- DAALDER, Ivo H. and LINDSAY, James M. . *America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy*. Hoboken (New Jersey): John Wiley, 2005.
- HOGAN, Michael and PATERSON, Thomas (Eds). *Explaining American foreign relations*. New York; Cambridge University Press, 1991.
- HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations*. In: *Foreign Affairs*. Summer v.72, n.3, 1993.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- JOHNSON, Chalmers. *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic*. New York: Metropolitan, 2004.
- LaFEBER, Walter. *The American age. U.S. foreign policy at home and abroad. 1750 to the present*. New York: Norton, 1994.
- McCORMICK, Thomas J. *America's Half Century. United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.
- MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: um debate interpretativo*. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.
- NOONAN, Michael. *The Future of American Military Strategy a Conference Report.. E. Notes*. Foreign Research Institute. February, 3, 2006.

www.fpri.org/enotes/20060203.military.noonan.futureamericanmilitarystrategy.html

(Acessado em 12/10/2006)

PRESTOWITZ, Clyde. *Rogue Nation: American Unilateralism and the Failure of Good Intentions*, Clyde Prestowitz, New York: Basic Books, 2003.

WILLIAMS, William A. *The Tragedy of American Diplomacy*. New York: Norton, 1988.